

# A ECONOMIA ALGODOEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA CIDADE DA PARAHYBA<sup>1</sup>

KALINE ABRANTES GUEDES<sup>2</sup>

NELCI THINEM<sup>3</sup>

CAROLINA MARQUES CHAVES<sup>4</sup>

## Resumo

O final do século XIX e início do século XX foram marcados pela constituição de uma paisagem urbana, em que modernidade e progresso eram palavras-chaves para a nova sociedade que se formava e se afirmava. Era preciso sanear, ordenar os espaços existentes e criar cenários propícios ao desenvolvimento da vida moderna. A Paris de Haussmann era o modelo e a inspiração para o que viria a acontecer no Brasil nesse período. João Pessoa, como outras cidades brasileiras e nordestinas, realiza obras de melhoramentos urbanos para viabilizar as funções da cidade moderna: *circular, sanear e embelezar*. Assim, alterou-se o traçado, a arquitetura e a forma de utilizar os espaços, criando um novo desenho, que sob o signo dos *melhoramentos urbanos* se consolida a fim de negar ou esconder os traços do passado colonial, apontando para o futuro, afirmando a prosperidade econômica local e conferindo ao espaço urbano ares de modernidade. Nesse momento, a hegemonia do algodão como principal produto da economia do estado e sua projeção, nacional e internacional, coincide com a difusão dos ideais progressistas, iluministas e modernos e contribui para a formação de uma nova forma de pensar e vivenciar o espaço urbano. Assim, João Pessoa, conhecida como produto da economia açucareira, teve grande parte das “feições” de seu Patrimônio Urbano, hoje características do Centro Histórico, construídas sob a égide do ‘ouro

branco’ – o algodão. É exatamente a relação entre a participação desse produto agrícola na geração da receita estadual e o processo de transformação urbana pelo qual passa a capital paraibana nas primeiras décadas do século XX, o tema que essa comunicação se propõe a aprofundar. Ou seja, confrontar os dados econômicos de produção e exportação do algodão e os investimentos em obras públicas que geraram as alterações introduzidas no espaço urbano e a consolidação de uma nova morfologia urbana sob o signo da modernidade e o progresso econômico.

**Palavras-chave:** Economia algodoeira. Modernização e Progresso. Século XX. João Pessoa.

## Abstract

The end of the 19th century and the beginning of the 20th century were marked by the shaping of an urban landscape in which modernity and progress were keywords to the new society that was rising at that time. Improving and ruling the existing spaces were necessities, as so was creating auspicious settings for the development of modern life. Hauss-

mann's Paris was the model and inspiration to what would happen in Brazil at that time. João Pessoa, former Parahyba City, as well as other Northeastern Brazilian cities, carried out urban improvements in order to allow the modern city functions to occur: circulate, sanitize and embellish. This way, urban improvement was the idea behind the altering of urban form, architecture and the very usage of public space, in order to deny or hide the traces of a colonial past. This process was intended to reassure the prosperity of local economy, pointing towards future and providing urban space with modern features. At that moment, cotton was undeniably the main crop of North Parahyba. Its national and international projection coincided with the local spread of modern, illuminist and progressive ideals, and contributed to the rise of a new way of living and thinking about urban space. As a result of this process, João Pessoa, despite being known as a product of sugar cane economy, in fact owes cotton – the white gold – the major part of the features of its Urban Heritage. This article analyzes the very relation between the shares of cotton in the

<sup>1</sup> Esse artigo é um aprofundamento da questão das transformações urbanas financiadas pelo algodão, abordada por GUEDES (2006) em sua Dissertação de Mestrado, *O ouro branco abre caminhos: o algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba (1850-1924)*.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFP. Mestre pela UFRN. Pesquisadora do LPPM/DA/UFP.

<sup>3</sup> Professora-associada do Curso de Arquitetura da UFP. Doutora pela ETSAB/UPC. Pesquisadora do LPPM/DA/UFP.

<sup>4</sup> Pesquisadora do LPPM/DA/UFP.

state income and the urban transformation of the capital of the state in the first decades of the 20th century. It compares data of production and exportation of cotton with the investment in public works that resulted in the transformation of urban space and the consolidation of a new urban morphology under the aegis of modernity and economic progress.

**Key-words:** Cotton economy. Modernization and progress. 20th century. João Pessoa.

**JEL:** N9. N96. R11.

## Introdução

João Pessoa<sup>5</sup>, antiga cidade da Parahyba, foi fundada em função dos interesses reais do que era então o principal produto da colônia, a cana-de-açúcar. O seu núcleo inicial apresenta-se ainda hoje, apesar do abandono e maus-tratos de que foi objeto, como um espaço urbano razoavelmente agradável, onde ainda se pode encontrar exemplares arquitetônicos e lugares públicos que preservam parte da memória da cidade.

Um pouco além dessa observação 'impressionista', entrando pela história da cidade, é possível pressupor a datação desses espaços. Se a cultura canavieira está na origem desse núcleo, uma parcela considerável dessa produção foi construída ou reformada entre o final do século XIX e inícios do século XX e, quase sem surpresa para os estudiosos do assunto, está menos ligada ao açúcar que ao algodão.

A hegemonia do algodão como principal produto da economia do estado e sua projeção nos mercados, nacional e internacional, pela excelente qualidade de suas fibras, coincide com a difusão dos ideais progressistas, iluministas e modernos (higienistas, republicanos, positivistas e liberais) e contribui para a formação de uma nova forma de pensar o espaço urbano.

A riqueza gerada pelo algodão corresponde ao momento de valorização das atividades urbanas, bem como a introdução de novos valores sociais que passam a alimentar o

ideário moderno e a buscar produtos e cenários importados que dêem à cidade ares de modernidade, tomando a Europa como referência.

Nesse momento, o nordeste reafirma sua condição de economia agroindustrial exportadora, ampliando o volume de trocas com os mercados internacionais, dinamizando sua produção para exportação e avançando nas importações, consumindo grande parte dos produtos manufaturados produzidos pelas grandes potências. Assim, aumentam os investimentos em infra-estrutura relativa à circulação de mercadorias: estradas, ferrovias e portos.

As elites dirigentes que se alternavam no poder procuraram, ao longo das primeiras décadas do século, aparelhar as cidades segundo os modelos europeus e cariocas (...) era imprescindível que se livrassem as capitais das precárias condições higiênicas a que estavam submetidas, pois estas espantavam as possibilidades de incremento nas atividades industriais (NOVAIS, 1997, p.165).

Dessa maneira, modernizar os centros urbanos brasileiros significa-va ampliar oportunidades comerciais e criar novos campos de investimento. Era preciso, portanto, dotar a cidade de espaços públicos *transitáveis, limpos e belos*, por onde a vida moderna pudesse se desenvolver.

A cultura moderna, sob a égide da *ordem e progresso*, gerou certa aversão por tudo que pudesse lembrar o passado colonial ou os hábitos provincianos. As ruas foram retificadas e alargadas, pequenas construções deram lugar a novas e maiores edificações e os espaços públicos ganharam importância. Essas ações, financiadas pela receita estadual, estavam diretamente ligadas à exportação do Algodão, cuja importância foi tal que ficou conhecido

como "Ouro Branco". Uma mensagem do governador Solon de Lucena corrobora tal afirmação com a seguinte passagem:

O algodão continua a ser e será por muitos anos, o principal elemento básico de nossa fortuna pública, a fonte principal da riqueza privada e o produto para o qual nos devemos voltar, com todo o senso commercial de que somos capazes, para promover-lhe o desenvolvimento que nossas terras comportam e, por uma rigorosa classificação de tipos, eleva-lo no conceito dos consumidores americanos e europeus. (MENSAGEM ..., 1922, p.33).

A ampliação da produção algodoeira no Nordeste conheceu três períodos áureos: a) no primeiro, que coincide com a Guerra de Independência Americana (1776-1783), destaca-se o caso do Maranhão que assume, por cerca de duas décadas, a condição de uma das mais ricas capitânicas brasileiras (PRADO JUNIOR, 1981, p.149); b) no segundo, que coincide com a Guerra da Secessão (1860-1865), a Parahyba do Norte conquista, entre as décadas de 1850 e 1870, um espaço importante no mercado exportador do produto que, com a retomada da produção norte-americana, sofre um retrocesso, mas continua a ser um produto importante, em função da demanda e da alta qualidade de seu algodão de fibras longas, além do desenvolvimento e ampliação da indústria têxtil<sup>6</sup> e da produção de óleo de caroço de algodão no centro-sul do Brasil; c) no terceiro e mais importante, que coincide com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a produção do algodão paraibano que permanecia em ritmo estável, apesar das suas precárias condições e das eventuais secas e pragas, com a deflagração da guerra retoma o cres-

<sup>5</sup> No início do século XX, João Pessoa era denominada Cidade da Parahyba, capital do então estado da Parahyba do Norte.

<sup>6</sup> "No fim da década de 1880, o centro têxtil do Brasil deslocara-se de Salvador para o Rio de Janeiro e São Paulo. Para o suprimento da matéria-prima, as fábricas dessa região passaram a depender da produção algodoeira do Nordeste, além da de São Paulo. A demanda internacional, por outro lado, era suprida ainda pelos Estados Unidos, pelo vale do Nilo e pela Índia. A forma de governo republicana no Brasil, paralelamente ao surto cafeeiro do Centro-Sul, criou as condições domésticas favoráveis à expansão da produção nordestina" (LEWIN, 1993, p.58-59).

cimento durante as décadas de 1910 e 1920 e alcança as mais altas cotações do produto.

Esses dois últimos momentos de crescimento da economia algodoeira afetam diretamente a imagem da cidade porque coincidem com as ações modernizadoras do estado. O penúltimo foi marcado pelas primeiras transformações urbanas, rumo à modernização, promovidas na capital paraibana pelo interventor Henrique de Beurepaire Rohan e estavam mais relacionadas às questões de salubridade e circulação de mercadorias, ainda que já começassem a surgir também preocupações com a criação de cenários urbanos aos moldes europeus. Porém é o último que marca importantes transformações no processo de remodelação da cidade da Parahyba, apoiadas na ampliação das arrecadações estaduais e na difusão dos ideais modernos e progressistas.

Esse momento, no contexto do pós-guerra e da demanda internacional por fibras, em que ocorre uma mudança na paisagem urbana da cidade da Parahyba e onde suas principais ruas, avenidas, praças, edifícios públicos e particulares adquirem novas feições e gostos amparados nos padrões modernos é o foco privilegiado desse artigo.

## A Economia algodoeira na Parahyba

A economia algodoeira foi a principal fonte de acumulação de riqueza pública e particular do Estado da Parahyba do Norte durante a Primeira República. O processo de modernização da Cidade da Parahyba, no período em questão, tem uma relação direta com a situação financeira vivenciada pelo Estado, especificamente, a participação do algodão na sua receita. Constatou-se a inexistência de empréstimos para a concretização das obras de maior vulto empreendidas na capital – os auxílios federais destinados à Parahyba do Norte foram utilizados em obras emergenciais de combate à seca. Assim é possível concluir que para essas obras foram utilizados recursos do tesouro estadual, que em sua

maioria provinham dos impostos arrecadados com a exportação e comercialização do algodão. Outro fator que demonstra a interdependência entre a remodelação urbana e a economia algodoeira é o fato de que, nos anos de acentuada seca ou de ataque de pragas nos algodoads, reduzem-se os números da receita utilizada em obras públicas e os administradores suspendiam os *serviços de remodelamento da cidade*.

Na Parahyba do Norte, o algodão se desenvolveu principalmente nas regiões compreendidas pelo Agreste, Sertão e Alto Sertão, onde encontrou solo e clima propícios para seu desenvolvimento. As faixas de terras cultiváveis próximas ao litoral, onde se localiza a capital paraibana, por motivo similar foram ocupadas pelas lavouras de cana-de-açúcar, mesmo estando essa cultura em decadência desde fins do século XIX (ver Quadro 1).

A expansão da cultura algodoeira no estado ocorre principalmente a partir da Guerra da Secessão (1860-1865) quando se verifica o potencial exportador desse produto - para suprir, principalmente, a demanda das indústrias européias - e as facilidades inerentes ao seu cultivo e beneficiamento em solo paraibano (ver Quadro 1).

**Quadro 1 – Produtos exportados em arrobas da Província da Parahyba de 1862 a 1871.**

Anos	Algodão	Açúcar	Couros
1862	216.468	683.081	9.600
1863	197.505	574.274	21.377
1864	397.728	432.318	22.259
1865	446.937	269.885	13.258
1866	542.133	400.047	19.938
1867	398.620	320.075	12.867
1868	569.893	300.937	27.817
1869	533.609	448.445	30.127
1870	377.178	268.205	17.202
1871	681.355	230.481	45.497

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano (1912, p. 208).

Esse quadro mostra ainda que, até 1864, a produção do algodão em terras paraibanas ainda era inferior a do açúcar. Todavia, a partir de 1865, essa realidade se inverte quando o algodão assume a hegemonia da produção local, impulsionado pelo momentâneo afastamento dos Estados Unidos do posto de principal supridor de fibras para as fábricas européias. No intervalo apresentado no mesmo quadro (1862-1871), há um aumento progressivo da produção do algodão, com exceção para anos certamente atingidos pelas secas. Ainda assim, após 1865, a produção algodoeira sempre supera a do açúcar. Por volta de 1871, a produção do algodão já era quase três vezes maior que a açucareira.

Os números apresentados no Quadro 2 indicam que entre os quinquênios de 1900 e 1905 houve um decréscimo na exportação do algodão e do açúcar paraibanos. Entre 1905 e 1910, há um significativo crescimento quando a arrecadação com a exportação do algodão duplica em relação ao quinquênio anterior. No quinquênio seguinte, novamente ocorre uma ligeira queda no percentual de exportação do algodão em relação a outros produtos paraibanos, apesar da obtenção de valores mais altos de arrecadação, fatores certamente decorrentes da seca de 1915 e da deflagração da Primeira Guerra Mundial<sup>7</sup>. Nesse mesmo intervalo, o açúcar manteve-se estável com uma contribuição já muito pequena no total das exportações do estado.

No intervalo entre 1915 e 1920, apresentado no mesmo Quadro 02, a produção e o percentual de arrecadação da cultura algodoeira crescem progressivamente, certamente impulsionados pelas altas cotações atingidas no pós-guerra, quando se obtém até 70\$000 pela arroba desse produto.

<sup>7</sup> Em 1914, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, a Parahyba do Norte teve seus estoques de algodão inicialmente encostados. Todavia, em 1916, abriu-se a situação para quem tinha o que vender, pois houve grande escassez de matérias-primas para suprir as demandas das indústrias, principalmente as européias (Mariz, 1939). Apesar da grande seca que atingiu a Parahyba do Norte no ano de 1915, o estoque armazenado passou a ser largamente exportado. As conseqüências da estiagem de 1915, no entanto, foram desastrosas para a produção em curso, de algodão no Estado.

Quadro 2 – Principais Exportações da Parahyba do Norte (1900-1929). Valores em mil réis

ANO	Valor total das exportações	ALGODÃO		GADO E COURO		AÇÚCAR		Algodão, gado e açúcar com a percentagem do total das exportações
		Valor Oficial	% do Total	Valor Oficial	% do Total	Valor Oficial	% do Total	
1900	10.050:842\$	6.882:815\$	68,5	1.891:404\$	18,8	916:767\$	9,1	96,4
1905	9.574:138\$	6.151:402\$	64,3	2.118:435\$	22,1	665:396\$	6,9	93,3
1910	17.890:471\$	13.531:221\$	75,6	2.988:432\$	16,7	386:789\$	2,2	94,5
1915	23.498:661\$	13.776:979\$	58,6	7.601:585\$	32,3	540:035\$	2,3	93,2
1920	44.715:407\$	27.319:345\$	61,1	6.739:329\$	15,0	2.502:381\$	5,6	81,7
1925	87.934:876\$	69.427:809\$	79,5	8.457:721\$	10,1	2.961:029\$	3,4	93,0
1929	99.555:330\$	73.557:230\$	73,9	4.375:617\$	4,4	1.652:825\$	6,7	80,0

Fonte: LEWIN (1993, p.377).

Em 1914, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, houve retração nas importações e a indústria têxtil nacional absorveu grande parte da produção nordestina. Antes que se colhessem as fibras no sudeste do país, a região Nordeste manteve a posição de maior supridor de fibras para aquela região reforçando um antigo vínculo de dependência entre os setores de produção e industrialização.

O período que marcou o impulso da produção do algodão no centro-sul, no pós-guerra, coincidiu com a grande procura do mercado externo e, nesse momento, os efeitos da drástica diminuição da exportação para o mercado interno não foram tão perceptíveis no quadro das arrecadações paraibanas. Todavia, a partir de 1916, o aumento da produção no centro-sul começou a inquietar a administração do estado que ficou em estado de alerta incentivando a intensificação e o melhoramento da produção local.

Em 1916, o estado da Parahyba do Norte figura como principal produtor nacional, seguido pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais. Nesse momento, o estado de São Paulo já se destaca como quarto produtor do país apesar das suas condições climáticas não serem totalmente propícias ao cultivo do algodão. Datam desse período notas e relatos na imprensa paraibana, em tom de preocupação, acerca desse avanço da produção do estado de São Paulo.

Pode-se observar ainda que, por essa época, a produção do centro-sul, diga-se São Paulo e Minas Gerais, já era bem elevada superando, inclusi-

ve, a produção de alguns estados do Nordeste. Esse foi um dos fatores que acarretou, mais adiante, uma grande queda da produção paraibana.

Apesar da intensa seca de 1919 e da propagação da lagarta rosada pelos algodãois do território paraibano, a exportação de algodão atingiu 12.351.839 quilos, em 1918; 8.227.276 quilos, no ano seguinte; e chegou a 15.541.398 quilos, em 1921. A Parahyba do Norte conseguiu manter índices elevados de exportação de fardos de fibra de algodão, garantindo certa margem de estabilidade em suas arrecadações. De um modo geral, pôde-se observar um relevante incremento da economia algodoeira no estado entre os anos de 1915 e 1924.

Toda essa movimentação em torno da produção algodoeira na Parahyba do Norte, entre os anos de 1915 e 1924, gerou excedentes que foram promovendo o enriquecimento de alguns produtores e negociantes e a melhoria da qualidade de vida da população paraibana em geral.

Na medida em que isso acontecia, melhorava o ambiente urbano, principalmente na capital, onde algumas edificações eram dotadas de melhores condições higiênicas, estéticas, de conforto e lazer.

Entre 1920 e 1925 ocorre a maior participação do algodão no total das arrecadações estaduais, quando a produção mais que duplica em relação ao quinquênio anterior, apesar ainda, do ataque da lagarta rosada. O valor arrecadado com as exportações do algodão atingiu 69.427: 809\$000 réis entre 1920 e 1925, aproximadamente dez vezes mais que a quantia arrecadada em 1900, o que correspondia à cerca de 80% da arrecadação total do estado (ver Quadro 2).

O Quadro 3 apresenta os valores dessa arrecadação de forma mais detalhada e relata o crescimento progressivo da produção algodoeira no total das arrecadações estaduais com exceção para os anos de 1915 e 1919, anos das citadas secas que atingiram os algodãois do estado da Parahyba do Norte.

Quadro 3\* – Arrecadações (em Contos de réis) do Estado da Parahyba entre 1915 e 1924.

Ano	Arrecadações estaduais	Arrecadações com o algodão em pluma e a semente do algodão**	Porcentagem da quantia arrecadada com o algodão sobre as exportações estaduais
1915	3.343:000\$000	1.114:612\$000	33,34%
1916	4.802:000\$000	2.113:942\$000	44,02%
1917	6.973:000\$000	3.450:618\$000	49,48%
1918	6.562:000\$000	3.014:276\$535	45,93%
1919	5.221:000\$000	1.908:000\$000	36,54%
1920	6.133:000\$000	2.390:000\$000	38,97%
1921	5.521:000\$000	2.363:562\$312	42,81%
1922	7.729:000\$000	4.179:000\$000	54,06%
1923	14.268:000\$000	9.823:000\$000	68,84%
1924	11.679:000\$000	6.024:000\$000	51,58%

Fonte: Mariz (1939, p. 53-54) e Lewin (1993, p. 378).

\* Quadro adaptado por GUEDES (2006). \*\* não estão inclusos os impostos cobrados sobre embarque por mar, saída por terra e os 20% cobrados sobre a exportação.

#### Quadro 4 – Firmas Exportadoras e Importadoras da Capital e Artigos Comercializados (1909)

Firmas Exportadora	Produtos Exportados	Firmas Importadoras	Produtos Importados
Cahn Frères & C <sup>a</sup>	Açúcar, algodão, couros	Amstein & C <sup>a</sup>	Fazendas
Paiva Valente & C <sup>a</sup>	Açúcar, algodão, couros	Paiva Valente & C <sup>a</sup>	Estivas
Kröncke & C <sup>a</sup>	Gêneros do Estado	Francisco Vergára & C <sup>a</sup>	Estivas
Castro Irmãos & C <sup>a</sup>	Gêneros do Estado	Benevenuto Carlos & C <sup>a</sup>	Estivas
J. Clemente Levy	Couros, algodão, etc.	Pedro da Costa Serafim & C <sup>a</sup>	Estivas
Iona & C <sup>a</sup>	Couros, etc.	Castro Irmão & C <sup>a</sup>	Fazendas
A. Cerf & C <sup>a</sup>	Gêneros do Estado	Brito Lyra & C <sup>a</sup>	Fazendas

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba (1908, p. 327).

Outro aspecto importante a ser considerado no processo de *remodelação urbana* da cidade da Parahyba é a presença de estrangeiros, sobretudo atuando nas principais firmas beneficiadoras e comercializadoras dos gêneros produzidos no estado, como se pode observar no quadro seguinte.

No que se refere ao Quadro 4, é importante observar que duas das três maiores firmas exportadoras do estado da Paraíba pertenciam a estrangeiros que aqui se estabeleceram e atuaram em diversos ramos da economia estadual. A primeira delas, a empresa Cahn Frères & CIA<sup>8</sup>, era de franceses radicados no Brasil. Somente em 1902, com a morte de seu proprietário, Aron Cahn, essa empresa foi suplantada por Kröncke & CIA<sup>9</sup>.

A presença de estrangeiros na cidade da Parahyba - trazidos especialmente pelo progresso da economia algodoeira - foi imprescindível na transformação cultural de sua sociedade. Ao assumir grande parte do comércio de exportação e importação e das empresas de crédito do Estado, tais investidores arrastavam para fora do país uma relativa parte dos lucros. Em troca, contribuíam na disseminação dos padrões correntes de modernidade cultural, ao manterem contato direto e permanente com os centros irradiadores desses novos costumes e conceitos. Esses padrões externos exerciam influência no cotidiano da população através do vestuário, do vocabulário, da instrução, do apreço às artes em geral, inclusive à arquitetura e ao tratamento do espaço urbano coletivo.

#### O Ouro Branco comanda as Transformações Urbanas

Inspiradas na remodelação de Paris durante o Segundo Império, as primeiras medidas rumo à modernização da cidade da Parahyba datam da administração de Beaurepaire Rohan (1857-1859) que em seu relatório ao Governo Imperial e à Assembléia Legislativa, em 1858, afirmava:

Os arruamentos n'esta cidade nunca foram, nem ainda estão sujeitos a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento. Cada um edifica à sua guisa, e d'hai resulta esse labirinto, em que se vai sensivelmente convertendo a cidade (RELATÓRIO ..., 1858).

A principal preocupação dessa administração era a salubridade do espaço público, no contexto das discussões sobre saneamento e qualidade de vida nas cidades brasileiras. A tradução dessa preocupação foi a elaboração de um levantamento topográfico da cidade e uma proposta

de abertura, alargamento e continuidade de ruas, retificação do traçado, conexão entre bairros e medidas similares, que eliminariam espaços insalubres.

Em 1889, Vicente Gomes Jardim escreve a *Monografia da Cidade da Parayha do Norte*, cujo relato permitiu a elaboração de uma nova planta da cidade, publicada em 2003<sup>10</sup>, e cuja comparação com a planta de 1858 demonstra que nesse intervalo as intervenções foram poucas e pontuais. O que é justificado pela limitação de recursos do Tesouro Estadual, como alega o próprio Rohan:

Os recursos da Provincia nao admittem que muitas obras se fação ao mesmo tempo, e ainda assim limitei-me a terminar aquellas, a que meus honrados antecessores tinhão dado começo" (EXPOSIÇÃO..., 1857).

Durante a década de 1870, repercutia por todo país uma política de modernização que, com o estímulo do capital inglês, começou a implantar, na região Nordeste, obras de infra-estrutura como a iluminação pública, as estradas de ferro e o aparelhamento dos portos, além das primeiras fábricas de algodão. Ampliava-se conseqüentemente a necessidade de mão-de-obra nessas empreitadas e no cultivo e beneficiamento da fibra e do caroço do algodão. As principais cidades nordestinas contemplavam essas inovações e cresceram como centros comerciais e culturais<sup>11</sup>, acompanhando, guardadas

<sup>8</sup> Nas últimas décadas do século XIX, esta empresa praticamente monopolizou o comércio externo da Parahyba do Norte. Fundada em 1864, estabeleceu filiais em Guarabira e Mamanguape; tornou-se proprietária de terras e de engenhos de açúcar; dominou o setor bancário, sendo representante de capitais europeus, de estabelecimentos de crédito e de companhias de seguro; investiu no sistema de transporte urbano, subscrevendo ações da Companhia Ferro Carril Parahybana.

<sup>9</sup> Esta última veio patentear a participação do capital alemão na economia paraibana. A atuação inicial desta empresa se processou através de companhias de navegação e de seguros e bancos; atuou posteriormente na área de equipamentos e indústrias; na exportação de fibras e sementes de algodão, couros secos e salgados; fez intervenções no setor algodoeiro visando a industrialização da semente e a modernização no enfardamento destinado à exportação; implantou a primeira prensa hidráulica do estado, com indústria anexa de fabricação de óleo da semente do algodão. No entanto, quando teve início a 1ª Guerra Mundial, a empresa cerrou suas portas e seus sócios migraram para a Europa. E só em 1920 tiveram a firma reativada e se reintegraram aos empreendimentos algodoeiros (GALLIZA, 1993, p. 87-89).

<sup>10</sup> Essa planta foi elaborada entre 2002/2003 e publicada por CARVALHO, MARTINS & TINEM no artigo "Revisitando velhas fontes: um exercício de historiografia", no volume 2 dos *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte* (Rio de Janeiro, CLBHA/PUCRJ/UERJ/UFRJ, 2003)

<sup>11</sup> Para citar algumas das ações promovidas durante o período citado, temos: em 1896, a inauguração provisória do sistema de transporte urbano para passageiros movido à tração animal, construído pela Companhia Ferro Carril da Parahyba; entre 1879 a 1881, a construção e em 1889 a remodelação do Jardim Público, considerado uma medida de "embelezamento necessário" (MOURA FILHA, 1997); e em 1889, a inauguração do Teatro Santa Rosa.

as devidas proporções, as grandes cidades brasileiras que modificavam e criavam espaços públicos ao gosto do que se vinha fazendo nos grandes centros europeus.

Nas primeiras décadas do século XX a cultura algodoeira entra em sua fase de maior prosperidade econômica, mesmo tendo experimentado momentos de crise como a do início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, das secas de 1915 e de 1919 e dos ataques da lagarta rosada. Observando o Quadro 2 é possível destacar os intervalos de 1905-1910, 1915-1920, 1920-1925 e 1925-1929 como os períodos de maior participação do algodão na arrecadação estadual. Comparando, enfim, os dados econômicos que expressam essa participação e os momentos em que se processaram as obras de intervenção urbana mais significativas percebe-se a íntima relação entre a exportação do produto e as reformas urbanas:

Em alguns momentos, ele [o processo de urbanização] apresentou um certo dinamismo, particularmente quando o comércio do algodão gerou um excedente maior, que foi aplicado nesta área (...) A implantação dos melhoramentos urbanos se agilizou, quando o algodão se tornou o suporte financeiro de tais empreendimentos (GALLIZA, 1993, p.119-121).

A intervenção de Rohan dedicou-se muito mais a minorar problemas detectados no traçado urbano da cidade, como a abertura das ruas Formosa (atual Beaurepaire Rohan) e dos Quintais (atual trecho sul da Avenida General Osório). O trecho dessas intervenções caracteriza-se por uma ocupação aparentemente “espontânea e desordenada”, marcado por pequenas casas de palha e precárias condições de salubridade.

Assim a destacada participação do algodão na geração da receita Estadual o colocou como financiador da modernidade perseguida pela sociedade da época, que cobrava dos administradores públicos as intervenções urbanas necessárias para eliminação dos ares provincianos de outrora.



**Síntese das intervenções propostas por Henrique Beaurepaire Rohan em 1858**

01	Beco do João Magro	12	Beco do Macaco
02	Travessa Visconde de Itaparica	13	Travessa do Jaguaribe
03	Travessa do Cajueiro	14	Rua do Jaguaribe
04	Rua Formosa	15	Travessa da Alagoa
05	Rua da Estrada Nova	16	Beco de Jaguaribe
06	Rua do Melão	17	Travessa da Mangueira
07	Rua de São Bento	18	Travessa do Chão Duro
08	Rua de Santo Elias	19	Rua dos Quintais
09	Beco do Barro Alto	20	Travessa do Bom Jesus
10	Rua do Emboca	21	Rua da Laranjeira
11	Beco da Mãe dos Homens	22	Rua da Palmeira (antiga Rua do Boi Chou)

**Figura 1 – Planta da Cidade da Parahyba (1855), editada por Guedes (2006) a partir da planta levantada por Alfredo Barros e Vasconcelos em 1855. Os trechos destacados são vias urbanas abertas ou prolongadas entre os anos de 1855 e 1889.**

Nesse período houve ainda um relevante incremento populacional na cidade da Parahyba, registrando-se um crescimento de 134,1% entre os anos de 1889 e 1910. O aumento da população urbana ajudou a acelerar o processo de modernização do ambiente citadino de duas maneiras: enquanto parte da sociedade, composta por intelectuais e homens públicos influentes, pressionava por melhores condições de vida na cidade,

grande parte do contingente populacional vindo do campo desempenhava o papel de força motriz nas obras de melhoramentos urbanos promovidas na capital.

O ambiente urbano precisava se não “ser”, pelo menos “parecer moderno”, suas ruas precisavam ser limpas, o ar das casas renovado e os passeios públicos e jardins criados. Muito se criticava também sobre o precário sistema de abastecimento

**Quadro 5 – Sucessão dos Governadores e Prefeitos no quadro político da Parahyba do Norte e respectivas obras públicas, em paralelo à situação da Economia Algodoeira para o mesmo período.**

Anos	Governadores e Prefeitos	Obras Públicas	Economia Algodoeira <sup>12</sup>
1908 a 1912	<b>João Machado</b> Otacílio de Albuquerque  Início da modernização da capital paraibana. Obras de Infra-estrutura.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do 1º serviço de abastecimento de água;</li> <li>• Inauguração do serviço de luz elétrica na cidade;</li> <li>• Substituição dos bondes de tração animal pelo serviço de carris;</li> <li>• Abertura da Avenida João Machado</li> </ul>	Os valores das exportações passam de 9.574:138\$000 em 1905 para 17.890:471\$000 em 1910 A participação do algodão mesmo período sai de 64,3% para 75,6%. O gasto com obras públicas, nos anos de 1909 e 1910, é de 44:792\$245.
1912 a 1915	<b>Castro Pinto</b> José Bezerra Cavalcanti.  Não apresentou grandes modificações urbanas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modernização da fachada do Palácio do Governo;</li> <li>• Contratação dos serviços do engenheiro Saturnino de Brito para elaboração de projetos de esgotamento sanitário da cidade;</li> <li>• Construção do Grupo Escolar Thomaz Mindelo, pelo arquiteto Fiorilo Pascoal.</li> </ul>	Ainda que em 1913 registre-se ligeira elevação nos gastos com obras públicas, 1914 é marcado pela I Guerra Mundial e 1915 por uma grande seca. Esses fatos prejudicam a arrecadação estadual e, por isso, entre 1910-1915 os recursos são exíguos e as obras públicas limitam-se praticamente à manutenção do que já existia.
1915 a 1916	<b>Antônio Pessoa</b> Demócrito de Almeida.  Governo marcado por forte instabilidade política.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suspensão em 1915 dos melhoramentos urbanos na cidade de Parahyba, um dos reflexos da crise do algodão.</li> </ul>	A economia local sofre as conseqüências da seca de 1915 que prejudicou a produção algodoeira.
1916 a 1920	<b>Camilo de Holanda</b> Antônio Pessoa Filho Antônio Soares de Pinho Inácio Evaristo Monteiro.  Responsável pela pequena “revolução urbanística” que começa a modificar o “aspecto colonial” da cidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção da Escola Normal, da Balastrada das Trincheiras (Otávio Freire), da Praça Venâncio Neiva (Fiorilo Pascoal) e das praças Aristides Lobo, Bela Vista, Cons. Henriques e Pedro Américo, além da realização de Melhoramentos na Praça 1817.</li> <li>• Reforma do Teatro Santa Roza, da Cadeia Pública, do Superior Tribunal de Justiça e da Imprensa Oficial.</li> <li>• Abertura das Avenidas Epitácio Pessoa e Maximiano Figueiredo.</li> <li>• Prolongamento da Avenida Epitácio Pessoa, alargamento da Avenida Cruz das Armas e calçamento de várias ruas da Cidade Baixa e Alta</li> </ul>	Período próspero para arrecadação estadual. O valor das exportações eleva-se em 21.216:746\$000, no intervalo 1915 a 1920. Enquanto a participação do algodão na arrecadação estadual, no mesmo período, vai de 58,6% a 61,1%. Entre 1917 e 1918 os gastos com obras públicas na capital somam 1.241:541\$986.
1920 a 1924	<b>Solon de Lucena</b> Walfredo Guedes Pereira.  Período de intensas ações de remodelação urbana com a abertura de novas ruas, avenidas e praças.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reorganização da malha urbana com a abertura de inúmeras avenidas, ruas, praças e parques;</li> <li>• Urbanização da Lagoa dos Irerês com a abertura de 09 ruas;</li> <li>• Abertura de ruas no Tambiá;</li> <li>• Construção das praças da Independência e da Vidal de Negreiros no Ponto de Cem Réis;</li> <li>• Construção do Parque Arruda Câmara no sítio do Roger</li> </ul>	Sofre ainda as conseqüências da seca de 1919 e da praga da Lagarta Rosada e algumas obras públicas chegam a ser suspensas. Porém, os anos seguintes são prósperos e registra grande incremento nas arrecadações estaduais, elevando-se de 6.133:000\$000 (1920) para 11.679:000\$000 (1924). Acompanha esse crescimento o valor das exportações, que vai de 61,1% a 79,5%. Registrou-se apenas os gastos com obras públicas no ano de 1923, que foi de 55:284\$890.

Fonte: Elaboração própria (2007).

<sup>12</sup> Os dados referentes ao montante gasto com obras públicas foram retirados dos Relatórios Presidenciais no período de 1905 a 1929. Nessa pesquisa, foi possível contabilizar o gasto com obras públicas em alguns períodos devido ao caráter contábil desses relatórios. Porém, alguns descrevem apenas as obras públicas, omitindo os gastos, o que deixa algumas lacunas. Outra consideração a fazer é com relação aos períodos definidos para o lançamento financeiro, que em sua maioria inicia-se na metade do exercício anterior e vai até meados do ano no qual é escrito o relatório. Por outro lado, apesar de intermitentes, essas informações foram importantes para corroborar a relação existente entre a economia algodoeira e as reformas urbanas.

d'água, proveniente de bicas e cimbais, que ainda se fazia presente na primeira década do século XX e a rede de iluminação que, a essa época, dependia do trabalho dos acendedores.

Antes de iniciar a descrição e análise das transformações urbanas realizadas nas primeiras três décadas do século XX, é interessante apresentar um quadro-síntese que busca sistematizar tais informações de forma a facilitar a apreensão do conteúdo exposto. Organizado por mandatos políticos (cargos de governador e prefeito), o quadro traz considerações sobre o período de 1906 a 1932, cita as principais obras públicas realizadas e descreve a situação do algodão, o que torna fácil a percepção da estreita ligação da economia algodoeira às ações de 'embelezamento'.

Em 1906, alterações relevantes na paisagem urbana da cidade da Parahyba já eram noticiadas como símbolos de progresso:

Ai está nossa capital quase que transformada quanto a sua estética, com as suas ruas e praças principais calçadas e algumas arborizadas e aterradas; com os seus edifícios mais importantes concertados e asseados, com as praças Bento da Gama, Mercez e Thesouro ajardinadas; finalmente dotada de outros melhoramentos que se antolham aos que a conhecem e visitam. (RELATÓRIO ..., 1906).

As ações de melhoramento urbano continuam nos anos seguintes e o período da administração de João Machado é marcado por importantes iniciativas. A exemplo do Sistema de Abastecimento d'Água<sup>13</sup>, "o mais urgente empreendimento, de que precisa a capital" (Relatório..., 1906), que apesar de perseguido desde fins do século XIX só seria inaugurado no século seguinte. Álvaro Machado foi um dos primeiros a tentar iniciar tal melhoramento urbano, primeiramente entre 1882-1889 e, posteriormente, em 1904-1905. Walfredo Leal (1905-1908) volta ao tema e expressa claramente seu anseio de ver a cidade dotada de um adequa-

do sistema de abastecimento, como já o eram os grandes centros urbanos brasileiros a essa época. Mas, é apenas na administração seguinte, a de João Machado (1908-1912), que se faz executar as obras para o abastecimento da capital sob as diretrizes do projeto de Miguel Raposo. E, após três anos, em 21 de abril de 1912 o sistema é então inaugurado.

Segundo Trigueiro (1982) o período de 1908-1912 (administração de João Machado), "sem contestação possível, marcou o início da modernização da Capital e da política de melhoramentos públicos, a que os governos subseqüentes tiveram de dar continuidade". João Machado é beneficiado pelas boas cifras dos cofres estaduais e promove também outras importantes intervenções no ambiente urbano, como a iluminação pública, o bonde elétrico, o Serviço de Higiene Pública e o traçado da larga e arborizada avenida que lhe perpetua o nome.

Sobre os gastos públicos, a parcela destinada ao primeiro serviço de abastecimento d'água somou 110:383\$590 no período de 1909-1912. Em paralelo, o valor da arrecadação estadual é acrescido em 8.316: 333\$ 000 e a participação do algodão vai de 64,3% para 75,6%, no intervalo de 1905-1910. Entre os anos de 1909 e 1910 os gastos em obras públicas saltam de 9:849\$880 para 34: 942\$365, um aumento de 28,9%.

Também seguiu semelhante trajetória a implantação do serviço de iluminação elétrica da capital, cuja primeira tentativa foi promovida por Álvaro Machado em 1895. Porém, sem muito sucesso. Apenas em 1911, durante o governo de João Machado, iniciam-se os trabalhos para o fornecimento de energia elétrica da cidade. O serviço é inaugurado em março de 1912, apenas um mês antes do sistema de abastecimento d'água.

Sem apresentar grandes modificações materiais, segue-se o governo de Castro Pinto (1912-1915), que contrata, em 1913, os serviços do escritório

de Saturnino de Brito para realização de um projeto para complementação do abastecimento d'água e de um outro para rede de esgoto sanitário – melhoramento há muito reclamado, mas até então não realizado. Como parte importante do bom funcionamento do projeto insere-se um traçado viário em esquema radial e a arborização de parques e praças. Por esta razão é dada uma importância especial ao tratamento da região alagadiça do Sítio da Lagoa, para onde convergia parte do esgoto da cidade e que se constituía um entrave ao crescimento da cidade para o leste.

Contudo, algumas obras foram realizadas na capital: em 1914, o Lyceu Parahybano foi reaberto e "completamente reparado, quase totalmente reconstruído, sorrindo nas linhas geométricas dos seus mosaicos". Foram também reformados e dotados de "feição mais estética", nesse mesmo ano, o Palácio do Governo, a Casa de Detenção, o prédio da Recebedoria de Rendas, da Imprensa Oficial e da Chefatura de Polícia. Passou também por uma reforma completa e radical o Jardim Público, "hoje um dos logradouros mais aprazíveis do norte do Brasil, inaugurado a 31 de dezembro do ano passado [1913], com um novo e elegante pavilhão de ferro e numerosos bancos de assentos duplos em sua maioria" (ALMANACH ..., 1914).

Ainda sob os efeitos da seca de 1915, Antônio Pessoa (1915-1916) assume como governador, mas sua gestão é marcada por forte instabilidade política e econômica. A crise experimentada em 1915 fica clara no Relatório Presidencial desse mesmo ano.

Uma das maiores preocupações do nosso Governo tem sido as obras publicas (...) Iniciados diversos melhoramentos ao tempo em que eram prósperas as condições econômicas e financeiras do Estado, consumiram-se de outubro de 1912 a junho de 1915 – 561:572\$267 e, sucedendo que alguns, como o Palacio do Governo, ainda estejam

<sup>13</sup> Os relatórios presidenciais entre 1905 e 1912 registram um total de 110:383\$590 gastos com a implantação do sistema de abastecimento d'água da capital.

por concluir, pesando esmagadoramente nas minguaadas rendas do thesouro, entendi acertado alvitre suspender ditos melhoramentos, até que a normalização das finanças permita recomeçá-los com todo o methodo e economia". (SIC)

Conforme se vê no Quadro 2, as arrecadações voltam a crescer a partir de 1916 apresentando crescimento uniforme até 1918. Nesse período assume o poder o governador Camillo de Holanda (1916-1920), cuja gestão transcorreu em um momento econômico favorável, a exceção do último ano de seu governo assolado pela grande seca de 1919. Concorre para os bons resultados do balanço financeiro da época o aumento da produção algodoeira, cuja participação no valor total das exportações, entre os anos de 1915-1920, aumenta em 61,1%.

Nesse intervalo, registra-se um aumento no gasto com obras públicas que vai de 80:674\$861, em 1917, para 1.160:867\$125, em 1918, quando a Diretoria de Obras é transformada em Repartição de Obras Públicas.

A administração de Camillo de Holanda representou um importante período na transformação do ambiente urbano da Cidade da Parahyba, contando com a construção e melhoramento de novos espaços públicos como a Praça Aristides Lobo "que se destaca pelos seus traços de arte" construída pela firma Cunha & Di Lascio, como a Praça Venâncio Neiva "hoje logradouro público predilecto da população parahybana, cujos melhoramentos consistiram na ampliação e gradeamento da área de patinar", como a construção de uma praça no início do bairro Cruz das Armas e como os melhoramentos na Praça Conselheiro Henriques.

Uma das principais obras desse período foi a abertura da Avenida Epitácio Pessoa, que se tornou determinante para a nova configuração urbana que a cidade assumiu nas décadas seguintes, consolidando a expansão leste e da qual se orgulhava o presidente: "iniciei os trabalhos de uma avenida de 4.862 metros de

extensão por 36 de largura ligando a Capital áquelle ponto do litoral". Assim, cada vez mais, era modificado o "repudiado aspecto colonial da cidade" e buscavam-se cenários e hábitos que refletissem o progresso e a modernidade. Outras obras desse período encontram-se no Quadro 5 e destacadas na Figura 2.

No momento seguinte, entre os anos de 1920 e 1924, as arrecadações estaduais registraram crescimento ascendente indo de 6.133:000\$000 para 11.679:000\$000. Fica claro, também, o papel do algodão nesse crescimento, cuja participação nas exportações vai de 61,1% (1920) para 79,5% (1925). O gasto com obras públicas para o ano de 1923, por sua vez, foi de 55:284\$890. É o tempo da administração do governador Solon de Lucena e do prefeito Walfredo Guedes Pereira.

Apesar de próspero o referido período, é apenas a partir de 1922 que se iniciam as principais obras, quando a economia algodoeira se recupera dos prejuízos causados por sucessivas secas e ataques da lagarta rosada e já conta com fiéis compradores nos países europeus industrializados. Em seus discursos Solon de Lucena tenta justificar a baixa operosidade do primeiro ano de sua gestão referindo-se à crise econômica do início de seu governo como o "depreciamento do nosso principal produto de exportação". (MENSAGEM ..., 1921).

Com o aumento acentuado das arrecadações (Quadro 4), promovido pelo incremento da cultura do algodão, ampliam-se as obras públicas e o governo de Solon de Lucena é marcado por intensas ações de remodelação urbana como a abertura de novas ruas, avenidas e praças. Como exemplo da construção de novos espaços públicos, tem-se a Praça da Independência, a Praça Vidal de Negreiros e o Parque Solon de Lucena. Outro importante melhoramento urbano foi a implantação de um adequado sistema de esgoto, cujas obras iniciaram em 1922 e tiveram sua conclusão definitiva em 1927. As obras seguiram ainda sob a orientação de Saturnino de Brito,

com a atualização das plantas de saneamento e a ampliação do sistema de abastecimento d'água.

Essa era uma obra desejada também pelos governos anteriores, que se tornara inviável pelo volume de recursos exigidos, mas que tornou-se possível graças às perspectivas de arrecadação trazidas pelo algodão. Solon de Lucena, assim como Camillo de Holanda, acreditava na prosperidade da cultura algodoeira e os dados do Quadro 4 confirmam essa perspectiva.

Por outro lado, a modernização empreendida pelo governador Solon de Lucena (Figura 3), em parceria com o prefeito Guedes Pereira, realizou-se com forte impacto sobre a estrutura urbana:

...várias edificações foram demolidas dando lugar às novas artérias e aos novos equipamentos urbanos, condizentes com o estilo de vida a cada dia assimilado pela elite local. Nem as edificações religiosas foram poupadas nesse processo de remodelação a que a capital foi submetida." (GUEDES, 2006, p. 135).

Da mesma forma, a Igreja do Rosário dos Pretos, localizada na Rua Duque de Caxias, foi demolida para a implantação da Praça Vidal de Negreiros e a Capela da Mãe dos Homens, no bairro do Tambiá, foi demolida, juntamente com alguns casebres próximos, para o alargamento da rua do Tambiá e para a construção da Praça Antônio Pessoa.

Nesse momento, Mariz (1985) afirma que

a Paraíba, com água, esgoto, luz elétrica, já parecia uma cidade. Mas o casario ainda era o de estilo antigo, estilo ótimo para se aperfeiçoar, honrando nas linhas originais, a criação própria ou bem herdada.

O período estudado foi pródigo na transformação da paisagem urbana da capital paraibana e abriu espaço para vinda de arquitetos, cuja atuação profissional proporcionou à cidade uma linguagem urbana para a arquitetura e a introdução de novos elementos formais, que ainda que não fossem modernos, caminhava-



Quatro Síntese das Principais Intervenções Urbanas Realizadas na Administração de Camillo de Holanda.

01	Construção da Praça Pedro Américo	16	Praça Bela Vista
02	Construção da Praça Venâncio Neiva	17	Praça Conselheiro Henriques
03	Reforma do Teatro Santa Rosa	18	Calçamento da rua da República
04	Reforma do edifício da Cadeia Pública	19	Calçamento da rua Amaro Coutinho
05	Reforma do edifício do Superior Tribunal de Justiça	20	Calçamento de parte da rua Formosa
06	Alargamento da Avenida Cruz das Armas	21	Calçamento do entorno da Praça Venâncio Neiva
07	Demolição de casas na rua Maciel Pinheiro para futura construção da praça Antenor Navarro	22	Calçamento da Ladeira do Rosário
08	Construção da Escola Normal	23	Calçamento da rua Maciel Pinheiro
09	Construção do Grupo Escolar Eptácio Pessoa	24	Calçamento da rua Peregrino de Carvalho
10	Construção do Grupo Escolar Antônio Pessoa	25	Construção da balaustrada das Trincheiras
11	Reforma e ampliação do edifício da Imprensa Oficial	26	Calçamento de parte da rua das Trincheiras
12	Construção da Estrada para Tambaú ***	27	Calçamento da rua Beaurepaire Rohan ***
13	Abertura da Avenida Maximiano de Figueiredo	28	Substituição do calçam. da rua Barão do Triunpho ***
14	Prolongamento da Avenida General Osório ***	29	Reconstrução da praça Álvaro Machado ***
15	Praça Aristides Lobo	30	Calçamento da rua 13 de Maio ***

\*\*\* Obras paralisadas em 1919, quando da ocorrência de uma grande seca na região.

Figura 2 – Planta da Cidade da Parahyba (1923) elaborada na administração municipal de Guedes Pereira pelo engenheiro Otto Kuhn editada por Guedes (2006). Em destaque as principais intervenções do governo Camillo de Hollanda (1916-1920).



**Qw Síntese das Principais Intervenções Urbanas Realizadas na Administração de Sólon de Lucena.**

01	Construção da Praça da Independência	17	Consertos na rua Padre Antônio Pereira
02	Reforma do Parque Arruda Câmara (Bica)	18	Construção do edifício da Academia de Comércio
03	Reforma do edifício da Imprensa Oficial	19	Construção do Hospital Oswaldo Cruz
04	Reforma do Palácio do Governo	20	Construção da Colônia para Alienados
05	Reforma do Liceu	21	Construção do Quartel Federal
06	Reforma da Cadeia Pública	22	Construção do edifício dos Correios e Telégrafos
07	Reforma da Escola Normal	23	Alargamento da rua Mons. Walfredo Leal
08	Reforma da Biblioteca Pública	24	Alargamento da rua dos Bandeirantes
09	Reforma da Diretoria de Instrução e Higiene	25	Construção da Estrada para Tambáú
10	Reforma do Grupo Escolar Epitácio Pessoa	26	Reforma da Praça Comendador Felizardo
11	Reforma do edifício da Guarda Civil	27	Construção da Praça Vidal de Negreiros
12	Reforma do Tomás Mindello	28	Construção da Praça Antônio Pessoa
13	Reforma do Grupo Escolar Antonio Pessoa	29	Abertura da rua Saturnino de Brito
14	Reforma do Grupo Escolar Izabel M <sup>a</sup> das Neves	30	Abertura, alargamento e projeção de outras diversas ruas como parte do Projeto de Saturnino de Brito para a Cidade da Parahyba: rua General Osório, Tabajaras, Pedro I, Almirante Barroso, Guedes Pereira, Caturité, entre outras.
15	Reforma da Ponte do Sanhauá		
16	Consertos na rua das Trincheiras		
17	Consertos na rua Barão do Triumpho		

**Figura 3 – Planta da Cidade da Parahyba (1923) elaborada na administração municipal de Guedes Pereira pelo engenheiro Otto Kuhn editada por Guedes (2006). Em destaque as principais intervenções do governo de Sólon de Lucena (1920-1924).**

vam nesse sentido. Dentre esses arquitetos podemos citar Fiorillo Pascoal, Olavo Freire, Hermenegildo Di Lásio e Giovanni Gioia, sobre os quais Mariz comentava:

Não é que criassem uma era de arte e beleza, mas deram um sopro, construíram casas alegres, arejaram, fizeram os primeiros bangalôs, movimentaram os tetos” (MARIZ, 1985).

As obras de destaque desse período são as construções do edifício da Escola Normal (atual Palácio da Justiça), da balaustrada da Avenida Trincbeiras, da Praça Venâncio Neiva e a abertura da Avenida Epitácio Pessoa.

Não por acaso, essas obras aparecem nos governos de Camilo de Holanda (1916-1920) e Solon de Lucena (1920-1924), os dois administradores cujas iniciativas se concentraram nas ações de reforma urbana. O primeiro decidido ‘modernizar a cidade’ empreendeu obras de destaque, como a arborização de avenidas, a construção de edifícios e a pavimentação/calçamento de vias. O segundo determinado a impulsionar e consolidar o ‘processo de modernização’ embelezou os espaços públicos, que concentravam edificações administrativas ou de importância sócio-cultural, e concluiu boa parte das obras de infraestrutura, principalmente saneamento e abastecimento de água, alinhadas pelas gestões anteriores.

## Conclusão

As ações urbanas financiadas pelo algodão vão transformar a configuração da João Pessoa colonial – baseada na monocultura do açúcar – pouco desenvolvida e descontínua, onde predominam os vazios urbanos e as raras edificações que com dificuldade delineiam as ruas. Coincidindo com os movimentos sociais, políticos e culturais do século XIX, que chegam com certo atraso nas províncias, a riqueza gerada pela cultura algodoeira vai redesenhar o centro urbano para atender as necessidades de uma cidade que deseja ser ‘moderna e civilizada’ abandonando seu passado ‘provinciano’, obje-

tivo último da elite econômica e dos governantes ‘progressistas’.

No segundo ciclo do algodão (décadas de 1850 e 1860), com a conquista de um espaço importante no mercado exportador do produto, iniciam-se, na gestão do interventor Henrique de Beaurepaire Rohan, as primeiras ações rumo à modernização, relacionadas à questão da salubridade e do traçado urbano, que preparam o terreno para as transformações futuras. Nesse momento, João Pessoa reafirma sua condição de economia agroindustrial exportadora, ampliando o volume de trocas com os mercados internacionais, dinamizando sua produção para exportação, avançando nas importações e aumentando os investimentos em infraestrutura relativa à circulação de mercadorias: estradas, ferrovias e dos portos.

Entretanto, é no terceiro ciclo (décadas de 1910 e 1920) que efetivamente ocorrem as iniciativas de remodelação da paisagem e a criação de cenários urbanos aos moldes europeus, que afetam diretamente a imagem da cidade. Concorrem para essas transformações as obras de ‘embelezamento’ preconizadas pelo projeto de saneamento e abastecimento de água elaborada em 1913 pela equipe de Saturnino de Brito, cuja realização cerca de uma década mais tarde vai facilitar e definir o crescimento da cidade para leste. Conseqüência das obras de saneamento, a abertura da Avenida Epitácio Pessoa foi uma das principais obras desse período, determinante da nova configuração urbana que a cidade assumiu nas décadas seguintes, consolidando a expansão para a orla marítima.

A progressiva transferência da população do ambiente rural para as cidades acarreta novas relações sociais e define outra leitura urbana expressa pela arquitetura residencial. A receita generosa da nova classe dominante envolvida com a produção, beneficiamento e comercialização do algodão e seus derivados também vai concorrer para o processo de transformação urbana da Parahyba do Norte, nas primeiras

décadas do século XX, com a construção das “mansões do algodão”.

Como resultado das ações de remodelação urbana, empreendidas ao longo das três primeiras décadas do século XX, a cidade da Parahyba consolida sua imagem de centro urbano ‘moderno’ com suas praças, jardins, largos, avenidas, equipamentos para novas atividades e um traçado mais ‘racional’ em detrimento da antiga paisagem bucólica colonial.

Comparando o novo traçado urbano resultante das ações descritas ao longo desta comunicação à ocupação da cidade na década de 1850 na Figura 3, identifica-se o caráter ‘ordenador e expansionista’ de tais intervenções, cujas ações consolidaram, nas décadas seguintes, os eixos Leste e Sul como as zonas de expansão da cidade.

Tais intervenções e a nova paisagem urbana definiram – e ainda hoje definem – a imagem do que se reconhece hoje como o Centro Histórico de João Pessoa, um ambiente cujas referências nasceram no início do século XX, em um processo onde “a forma física torna-se o produto de uma ação e a solução de um problema” (LAMAS, 2004).

Dessa maneira, os elementos morfológicos introduzidos pelas ações descritas, inicialmente determinadas pela busca de ideário modernizante para a cidade, concorreram para a criação de um ambiente urbano de novas formas arquitetônicas e urbanísticas, que predomina, até hoje, na leitura e formação da imagem da cidade (Figuras 4 e 5).

Assim, a cidade fundada para marcar a presença real na economia açucareira da colônia apresenta hoje um centro histórico cuja imagem urbana foi em grande parte financiada pelo algodão e marcada pelo contexto da época.

## Referências

AGUIAR, W; OCTÁVIO, J. *Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro*. Governo do Estado da Paraíba, João Pessoa, 1985.

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial do Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1908.



PRAÇA PEDRO AMÉRICO — Parahyba do Norte



Cidade Alta

Av. Genl. OZORIO

Figuras 4 e 5: Praça Pedro Américo e Praça Venâncio Neiva, 1916 - 1920. Acervo Antônio Fernandes Bióca.

ALMANACH do Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1914.

CARVALHO, J; MARTINS, C; TINEM, N. *Revisitando velhas fontes: um exercício de historiografia*. In Anais do VI colóquio luso-brasileiro de história da arte. CBHA/PUCRJ/UERJ/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p.395-408.

CLEMENTINO, M. L. *Complexidade de uma urbanização periférica*. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

GALLIZA, D. S. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930*. Idéia, João Pessoa, 1993.

GUEDES, K. A. *O ouro branco abre caminhos: o algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba (1850-1924)*. Dissertação de mestrado em História Urbana – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

LEWIN, L. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Record, Rio de Janeiro, 1993.

MARIZ, C. *Evolução econômica da Paraíba*. A União, João Pessoa, 1939.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1857.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1906.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1915.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1918.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1921.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1922.

MOURA FILHA, M.B.B.L. *O Cenário da vida urbana – a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX*. Dissertação de Mestrado em Conservação e Restauro – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

NOVAIS, F.A. *História da vida privada no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, São Paulo, 1981.

JARDIM, V. G. *Monografia da Cidade da Parahyba do Norte*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1912.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa da Província da Parahyba do Norte. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1858.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1868.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1912.

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RDE

Complete sua coleção.

Acesse:

www.ppdru.unifacs.br